

Uma frente Brasil

João Pedro Stédile, dirigente do Movimento Sem Terra, fala nesta entrevista sobre o tema que está na boca de 10 em cada 10 militantes da esquerda brasileira: a necessidade de construir uma frente

Página 13. Sempre se falou da necessidade de construir uma “frente”. Por quais motivos a atual conjuntura torna esta frente mais necessária e urgente?

João Pedro Stédile. A ideia de construir frentes sempre esteve presente no ideário das forças populares e dos partidos de esquerda, pois partimos do princípio de que é necessário construir uma grande unidade entre a maior parte das forças populares (representadas por inúmeras formas de mediação que a classe trabalhadora vai organizando para enfrentar seus problemas). E embora essa necessidade de frentes, de unidade popular seja uma necessidade estratégica, ou seja, só assim a classe trabalhadora pode construir hegemonia na sociedade com suas ideias e suas propostas, no geral, aqui no Brasil, as experiências de frentes sempre se ativeram apenas a períodos eleitorais, restritas ao objetivo de ganhar eleições.

Porém agora, fora de um período eleitoral e com um contexto histórico em que se agravam as crises econômicas, sociais, política e de valores, acho que muitos setores das forças populares se deram conta que somente com a construção de processos unitários poderemos enfrentar juntos as crises e, sobretudo, conseguiremos apresentar propostas alternativas para o povo, para sair das crises.

A burguesia já tem suas propostas para sair da crise, a rigor é o realinhamento da economia aos Estados Unidos, imaginando que as empresas transnacionais vão retomar os investimentos e tirar a economia da crise, em troca da entrega do que sobrou de empresas estratégicas; redução dos gastos do estado, o que eles chamam de estado mínimo, para que o orçamento público da União seja administrado apenas de acordo com seus interesses e não para resolver os problemas do povo; e, terceiro, seria redu-

zir o chamado custo Brasil de mão-de-obra, que na prática é reduzir os direitos sociais e trabalhistas, que estão garantidos na CLT e na constituição. Esse programa é a volta do neoliberalismo, ou seja liberdade total para o capital

Página 13. A frente popular tem um programa, uma plataforma, um resumo de seus objetivos?

Stédile. Estamos num processo de construção de unidade entre as forças populares, com um olhar estratégico, ou seja, com o objetivo de construir um programa de longo prazo, que represente solução para os problemas do povo e saída para a crise.

E nesse processo de construção estamos ainda debatendo, ouvindo, consultando. A princípio elencamos apenas uma plataforma política, que desde 2013 permeia os debates nos movimentos populares e forças políticas (ver quadro na página ao lado). Essa é a plataforma mínima que está unificando as forças populares nesse momento.

Página 13. É uma frente eleitoral?

Stédile. Não. As frentes eleitorais são construídas por partidos que disputam eleições. Nem estamos em tempo de eleições, nem a frente é composta apenas por partidos. Ao contrário, os movimentos populares, estudantis, sindicais, no espectro mais amplo possível, e com alguns partidos é que conformam a frente popular.

Página 13. Há setores que ainda não integram a frente. Você considera necessário e possível incorporar estes setores? Como fazer?

Stédile. Embora a necessidade de frentes, como disse, seja uma necessidade programática de quem quer construir maiorias na sociedade, e não apenas com seus primos... acho que será difícil termos uma frente uni-



“Os movimentos populares, estudantis, sindicais, no espectro mais amplo possível, e com alguns partidos é que conformam a frente popular”

ca, popular ou de esquerda. Porque alguns setores de esquerda tem leituras diferentes da situação atual, apostando no afundamento do governo e na derrota total do PT e do PCdoB, para então emergirem como alternativas. E embora possamos ter todas as críticas do mundo às políticas e comportamento das direções partidárias e de movimentos, porém é inegável que as forças populares que foram se construindo nesses 30 anos estão presentes numa militância social que está também no PT, no PCdoB, nas frentes de massa, e até em setores como PDT e PSB. Ou seja, devemos lavar a criança, mas não jogá-la fora com a água suja!

Por isso é possível que no próximo período tenhamos várias frentes no campo popular. E isso é até natural, pelas origens doutrinárias, ideológicas e comportamento tático de cada agrupamento político.

Pessoalmente acho que devemos apostar numa frente popular, que aglutine amplos setores populares e até da classe média, dentro de uma plataforma política comum. E a plataforma política acho que aglutina amplos setores.

Página 13. Qual o calendário de atividades?

Stédile. É muito difícil prender-se a calendários, pois se trata de processos de construção, que tem ritmos lentos, e são influenciados pela correlação de forças e pela luta de classes.

Estamos realizando diversas reuniões e plenárias nos estados e a nível nacional, esperamos durante o segundo semestre consolidar uma frente popular que aglutine amplos setores.

Mas ao mesmo tempo essa frente tem que alimentar as mobilizações de massa, para atuarem na conjuntura e na luta de classes. Afinal, só a mobilização da classe trabalhadora pode alterar a correlação de forças, e postar a classe em outro patamar na disputa de saídas para a crise. E infelizmente, neste momento apenas os setores militantes, as mediações estão se mobilizando. A base social está quieta, apenas assistindo. E é nela que devemos atuar, para explicar a gravidade da situação e buscar mobilizarmos, com as propostas de saídas da crise.

Certamente no segundo semestre teremos muitas mobilizações, como já está programada a Marcha das Margaridas em Brasília (ver artigo a respeito nesta edição de *Página 13*), que terá a adesão de movimentos populares, a jornada de luta unitária do dia 20 de agosto em todas as capitais. Depois na Semana da Pátria teremos mobilizações e o Grito dos Excluídos, em outubro há agendas internacionais na luta contra as empresas transnacionais e pela soberania alimentar entre 12 e 16 de outubro. Depois teremos o 5 de novembro, jornada continental contra a ofensiva imperialista dos Estados Unidos e celebrando a derrota da ALCA há dez anos em Mar del Plata.

Ou seja, o período será de muitas articulações, mas também de muitas mobilizações de massa. A disputa será grande.★



“Só a mobilização da classe trabalhadora pode alterar a correlação de forças, e postar a classe em outro patamar na disputa de saídas para a crise. E infelizmente, neste momento apenas os setores militantes, as mediações estão se mobilizando. A base social está quieta, apenas assistindo”

Plataforma mínima para debater com as forças populares na construção da unidade necessária



1. Defesa dos direitos dos trabalhadores: lutar por melhorias das condições de vida do povo, o que envolve emprego, renda, moradia, educação, terra, transporte público etc. Criticar e fazer ações de massa contra todas as medidas de política econômica e “ajuste fiscal” que retirem direitos dos trabalhadores e que impeçam um processo de desenvolvimento com distribuição de renda.

2. Defesa dos direitos sociais do povo brasileiro. Devemos lutar contra a diminuição da maioria penal, contra o extermínio da juventude pobre das periferias, e lutar pela ampliação dos direitos sociais que estão em perigo pela campanha da mídia burguesa e por iniciativas conservadores no congresso.

3. Defesa da democracia. Não podemos aceitar nenhuma tentativa de golpe. E também por isto mesmo, para fazer reformas mais profundas, precisamos avançar na luta pela reforma política, pela reforma do poder judiciário e dos meios de comunicação de massa, como instrumentos também da democracia necessária.

4 Defesa da soberania nacional. O povo é o verdadeiro dono do petróleo, do pré-sal e das riquezas naturais. Devemos impedir a ofensiva que visa entregar nosso petróleo às empresas transnacionais. Assim como devemos lutar contra a transferência de bilhões de dólares ao exterior, de forma legal pelas empresas ou ilegal, por contas secretas (vide caso do HSBC).

5. Lutar por reformas estruturais e populares. Há diversas propostas já consolidadas em torno da necessidade de reforma política, da reforma urbana, agrária, tributária, educacional etc. Consideramos que o documento unitário construído pelos movimentos populares em agosto/14 é um subsídio que devemos utilizá-lo para fazer o debate. (em anexo segue uma cópia)

6. Defesa dos processos de integração latino-americana em curso, como Unasul, Celac, MERCOSUL e integração popular, que estão sendo atacados pelas forças do capital internacional.